



Line

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2025 -----

Aos vinte e três do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

Encontrava-se presente nesta reunião Emília Vieira de Carvalho Gonçalves, técnica superior da autarquia, designada para secretariar a presente reunião. -----

PRESENÇAS: -----

Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos, Carlos Filipe Meireles Macedo, Vítor Fernando de Sousa Costa, Joana Assunção Faria da Cunha Alegre, José Ricardo Brás de Oliveira, Rui Manuel Lebreiro Pereira, Ana Luísa Cerqueira Seca, José Henrique Félix Martins, José Fernando do Rego Cordeiro, Ana Sofia Veloso Gonçalves, Maria Altina Costa Carvalho, José Ferreira da Mota, Anabela Martins Teixeira Peneda, Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras. -----

O deputado municipal Luís Carlos Machado Miguel, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Sandra Maria Teixeira Rodrigues. -----

Encontram-se presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia / União de Freguesias: Joaquim Agostinho Mota Pereira (Junta de Freguesia de Atei), António Manuel Teixeira Rodrigues (Junta de Freguesia do Bilhó), Duarte Carvalho Dinis (União de Freguesias de Campanhó e Paradança), David José Peixoto Gonçalves (União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas), João Carlos Sousa Ferreira Marques (Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto) e Paulo dos Anjos Portilha (Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros). -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----



18
L.
me

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. Após ter questionado o público no sentido de saber se havia alguém que se pretendia inscrever para intervir no final da sessão, registou-se a inscrição do cidadão Fernando Maria Diniz Carvalho Gomes. -----

1- Antes da ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que lhes foram reportados alguns problemas relativamente ao encaminhamento dos doentes para os hospitais do Distrito de Braga, mais concretamente pessoas do Barreiro, do Bilhó, que não têm opção e são encaminhadas para os hospitais centrais, estando as mesmas a cerca de 15 minutos do Hospital de Vila Real. Consideram importante que o Executivo faça chegar a quem de direito este problema da população e que corrijam a situação. Ainda relativamente à saúde, nomeadamente ao Centro de Saúde de Mondim, referiu que gostariam de saber o que é que sustentou a opção de o município ter suprimido o lugar de segurança lá existente. De seguida, questionou o senhor Presidente relativamente ao largo da feira em relação às condições dos caravanistas pois tiveram conhecimento que o posto de abastecimento e descarga não funciona, constatando-se também que as casas de banho públicas do mercado estão constantemente sujas e inundadas. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para, em primeiro lugar, abordar o ponto de situação de dois projetos de grande relevância para o Concelho, ainda que em áreas distintas - o turismo e a área social - ambos considerados essenciais para a projeção de Mondim, contribuindo diretamente para o bem-estar e a melhoria de qualidade de vida dos munícipes. Paralelamente, e uma vez que estão debruçados sobre as opções estratégicas e financeiras do Executivo procurando compreender como estas decisões se alinham com os objetivos do desenvolvimento sustentável do Concelho e com a adequada gestão de recursos públicos, considera que estes projetos representam não apenas investimentos estratégicos, mas também a materialização de políticas que visam reforçar a atratividade turística, promover a inclusão social e assegurar que todos os cidadãos beneficiam de oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Referiu que gostaria de abordar o ponto de situação do projeto das



ff
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Fisgas de Ermelo, um dos mais importantes ativos naturais e turísticos do concelho, com enorme potencial para a valorização do território. Este projeto tem sido referido ao longo dos últimos anos como estratégico para Mondim, mas a verdade é que continuam a existir muitas dúvidas quanto ao seu ponto de situação. Questionou em que fase concreta se encontra atualmente o projeto das Fisgas de Ermelo, se existem prazos definidos para a sua conclusão, que constrangimentos têm impedido o seu avanço e que diligências estão a ser tomadas para as ultrapassar. De seguida, referiu que gostaria de voltar a corroborar várias questões já levantadas sobre o antigo Hotel das Rãs, estando previsto ser reconvertido em habitação a custos controlados, um tema particularmente sensível num contexto forte de pressão sobre o acesso à habitação. É de conhecimento público que a empresa responsável pelo projeto entrou em processo de falência, sendo também sabido que este investimento se encontra enquadrado e financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, instrumento que tem prazos rigorosos de execução. Face a esta situação, colocou as seguintes questões: qual é neste momento o estado do projeto? Que impactos teve a falência da empresa na concretização da obra? Está garantida a manutenção do financiamento PRR ou existe o risco de o Concelho perder esta verba? Que soluções estão a ser estudadas para assegurar que este projeto, tão necessário à resposta habitacional em Mondim do Basto, não seja definitivamente comprometido? Para finalizar, mencionou que gostaria de abordar uma questão relacionada com a rede de estradas do Concelho, concretamente a estrada 312. Como é de conhecimento de todos, o troço desta estrada encontra-se em intervenção há mais de dois meses sem que até ao momento a obra esteja concluída. Trata-se de uma via estruturante utilizada diariamente por muitos munícipes do Concelho. Neste sentido gostaria de saber qual a razão para o atraso significativo na conclusão desta obra e que dificuldades técnicas justificam que uma obra de tão curta extensão se prolongue por tanto tempo. Não se pode ignorar que esta situação representa um incômodo sério para quem utiliza a estrada diariamente, com condicionamentos à circulação, aumento do tempo de deslocação e impactos na atividade económica local. Os cidadãos esperam obras bem planeadas, com prazos razoáveis e com o menor transtorno possível. -----

A deputada municipal **Anabela Martins Teixeira Peneda** usou da palavra para destacar que mal saímos do ato eleitoral e já se pode observar o início da nova creche pública do Concelho de Mondim de Basto. Trata-se inequivocamente de um dos equipamentos de maior relevância para o Concelho de Mondim de Basto e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

consequentemente, para as famílias mondinenses, uma vez que permitirá reforçar significativamente a resposta educativa do Concelho, acolhendo cerca de mais de 80 crianças e, desta forma, assegurar que todas as crianças beneficiem de condições educativas adequadas. Este novo equipamento representa o investimento a rondar 1 milhão de euros. Trará já no próximo ano, excelentes condições de apoio à aprendizagem, às necessidades pedagógicas e de bem-estar infantil. Este investimento surge como resposta a uma necessidade identificada por este Executivo e a sua concretização é bem reveladora do compromisso com as famílias mondinenses. É a vontade que o Executivo Municipal tem de trabalhar para garantir a todos os melhores recursos educativos. Os membros da Assembleia Municipal do PSD felicitam o Executivo pela execução de mais uma obra de tão elevada importância para as famílias do nosso Concelho e de todos os Mondinenses. --

A deputada municipal **Ana Luísa Cerqueira Seca** usou da palavra para destacar e valorizar uma medida concreta de política pública municipal que traduz uma clara opção estratégica pela educação, pela igualdade de oportunidade e pela coesão territorial. O apoio do município de Mondim do Basto aos alunos do ensino superior, nomeadamente nas despesas de transporte. Num concelho do interior, o acesso ao ensino superior representa, para muitas famílias, um esforço financeiro significativo. Para além das propinas, existem custos elevados nas deslocações, alojamentos e materiais académicos. Neste contexto, o papel do município é determinante para garantir que nenhum jovem veja o seu percurso académico condicionado por razões económicas ou geográficas. Atualmente, este apoio abrange cerca de 50 estudantes do ensino superior residentes em Mondim de Basto, que frequentam instituições em vários pontos do país como Coimbra, Viseu, Covilhã, Bragança ou Aveiro. Isto demonstra, por um lado, a ambição e a qualidade dos nossos jovens e, por outro, o impacto real desta medida. Este apoio não é apenas uma ajuda financeira: é uma mensagem política clara de que Mondim de Basto acredita nos seus jovens, valoriza a qualificação e assume que investir na educação é investir no futuro do Concelho. Contribui para reduzir desigualdades territoriais e para atenuar os efeitos da interioridade. Naturalmente, esta política deve ser acompanhada e aperfeiçoada, mas importa hoje reconhecer que estamos perante uma boa prática municipal, alinhada com os princípios da justiça social, da equidade e da valorização do capital humano. Apoiar os estudantes do ensino superior é garantir que o talento dos jovens Mondinenses não fique limitado pelo



12 me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

local onde nasceram. É afirmar que Mondim de Basto é um concelho que cuida, acompanha e aposta nas pessoas. -----

O deputado municipal **José Henrique Félix Martins** usou da palavra para dizer que gostaria de questionar o Executivo sobre qual o estado atual dos nossos percursos pedestres, se existe algum plano de conservação e requalificação. Referiu que colocava esta questão porque há cerca de quatro anos o município publicou uma notícia que anunciava que a Câmara Municipal estaria a valorizar os nossos percursos pedestres. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que é com enorme satisfação que todos podem constatar que já se encontra a decorrer a empreitada de requalificação do Largo da Feira de Bilhó. Trata-se de um investimento na ordem dos 227 mil euros, que tornará, muito brevemente, este espaço num lugar ainda mais rico, apazível para quem o visitar e ao mesmo tempo reativar a dinâmica económica e social da freguesia do Bilhó. Este investimento vai ao encontro daquele que tem sido o propósito da gestão deste Executivo, promovendo o desenvolvimento do Concelho como um todo, valorizando não só o acesso do Concelho, mas também o património de cada uma das nossas aldeias e das nossas freguesias e uniões de freguesia. A requalificação no Largo da Feira do Bilhó era uma necessidade há muito sonhada e ambicionada por todos os bilhoenses e este executivo vai transformar esse sonho e essa ambição numa realidade que a todos deve orgulhar. O Grupo Municipal do PSD mais uma vez felicita o Executivo Municipal, assim como todos os bilhoenses, pela concretização desta obra e por verem valorizado este espaço tão emblemático para a sua freguesia. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder às questões que foram colocadas. Começando pela intervenção do senhor deputado Carlos Macedo, referiu que o Executivo também já tem recebido por parte dos utentes essa questão relativamente ao encaminhamento para os hospitais que não são propriamente os mais perto. Como sabem, a responsabilidade não é do município naquilo que é a definição da deslocação ou da identificação de qual o hospital que os utentes devem recorrer, mas de facto também já a ULS e nós transmitimos que, de acordo com a responsabilidade e a possibilidade, poderemos ter esse cuidado em reduzir as distâncias de transporte dos utentes e também respeitar aquilo que é já o acompanhamento histórico de alguns utentes junto de alguns centros hospitalares. Reafirmou que já reforçaram esse pedido e deu nota de que, efetivamente, continua a acontecer com regularidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

Relativamente ao serviço de segurança do centro de saúde, referiu que antes da transferência de competências a receção do centro de saúde era assumida por uma empresa privada de segurança. Com a transferência de competências essa responsabilidade passou para o município e é assegurada por colaboradores do município. Obviamente que se houver alguma situação que exija a necessidade de intervenção será obviamente reportada. Relativamente à situação identificada do caravanismo, referiu que não tinha conhecimento e que iria reportar a situação junto dos serviços. Relativamente às casas de banho públicas, referiu que já estava identificada a necessidade da reabilitação. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ângela Figueiras que reportou aqui estes projetos importantes, esclareceu que a empreitada das Fisgas de Ermelo está concretizada neste momento, bem como o compromisso assumido nesta Assembleia de revestirmos em xisto, a intervenção utilizada em granito, também já está adjudicada, pelo que esperamos efetivamente poder abri-la ao público. Não haverá qualquer corte de financiamento relativamente a esta obra, estando já adjudicados o revestimento a xisto, a plataforma e os acessos já estão concluídos. Relativamente ao Edifício Santiago, infelizmente a empresa responsável foi à falência e deixou-nos efetivamente numa situação que ninguém queria. Certamente que a solução será um novo concurso público e estamos já a desencadear o processo para que possamos ter uma solução o mais breve possível. Relativamente ao facto de haver ou não impactos, confessou que obviamente que a expectativa é que não haja, mas só o saberão de forma realista no final da concretização desta empreitada. Relativamente à estrada e ao atraso da obra, referiu que a situação já foi reportada junto da entidade competente exatamente para dar nota do atraso e que irão esperar que o contrato termine para procederem naturalmente à responsabilização daquilo que é não só o atraso da obra, mas também o transtorno que tem criado para os habitantes, particularmente da freguesia de Atei. Obviamente que depois de concretizada será certamente uma via que irá também permitir uma circulação e uma acessibilidade melhor, mas efetivamente neste momento está a trazer transtornos. Relativamente à intervenção da senhora deputada Anabela Peneda, afirmou que as obras da creche estão a começar procurando-se minimizar aquilo que são os constrangimentos naturais de uma intervenção porque efetivamente existe um serviço público a funcionar perto da intervenção, pelo que se tem aproveitado este período de férias escolares para realizar algumas intervenções. De facto, irá ser disponibilizado um novo serviço de acordo com aquilo que é uma necessidade já identificada e certamente que as nossas crianças e as



6/1 me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nossas famílias irão ficar satisfeitas com a conclusão desta obra. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Seca que referiu o apoio que este Executivo iniciou do Apoio ao Transporte dos Estudantes do Ensino Superior, crê que neste momento serão mais de 40 alunos que estão a usufruir deste apoio e obviamente que, além de ser uma redução da despesa familiar, é também um incentivo para que os nossos jovens possam continuar a regressar a casa e, com isso, dinamizar a própria economia e, acima de tudo, que as raízes permaneçam intactas e de acordo com aquela que é também a vontade certamente das famílias em terem os seus filhos perto de si. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Henrique Martins que referiu aqui a importância da beneficiação dos percursos pedestres, admitiu que esta é uma intervenção que deve ser constante e regular, estando já identificado um conjunto de intervenções que são necessárias, aguardando-se que as condições climatéricas possam permitir essa intervenção, tratando-se essencialmente na reposição de sinalética e na limpeza dos caminhos e no melhoramento também de alguns acessos que com o tempo, e agora com estas chuvas intensas, certamente que terão aqui dificuldades. É uma intervenção que deve ser regular, constante e que nos deve preocupar a todos, com o envolvimento também dos agentes que utilizam estes percursos naquilo que é a colaboração que deve existir na identificação, e isso tem acontecido. Referiu que o senhor deputado Vítor Costa falou numa obra que já teve início no largo do Bilhó, uma ambição da comunidade, com a colaboração da Junta da Freguesia e do Conselho Diretivo, reconhecendo a importância que ela terá não só para embelezarmos o espaço, mas acima de tudo para que tenhamos melhores acessibilidades na sua utilização e, portanto, esperamos, com a sua conclusão, podermos beneficiar ainda mais da aldeia e do centro do Bilhó. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente às questões da saúde, sabem perfeitamente que não é da competência da Câmara, mas que pediam alguma pressão política sobre as entidades responsáveis, ainda para mais quando temos um governo social-democrata e uma ministra que até veio aos nossos Romeiros, portanto, essa proximidade pode ajudar de alguma maneira. Terminou dizendo que queria fazer aqui uma pequena consideração relativamente ao Edifício Santiago pois de acordo com aquilo que está descrito no orçamento, já estão previstos 636.000 euros do município, sendo que era uma obra que estaria financiada a 100%, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

66
re

que questionou se para além desses 636.000 euros se prevê um acréscimo a esse valor de todos os Mondinenses no fundo. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para afirmar que teriam que aguardar o final da intervenção para perceber se efetivamente haverá honorários para o município ou não, pelo que crê que será um pouco precoce estar já a dizer qual é que será exatamente o valor que poderá ou não se acrescentar relativamente àquilo que é o apoio de financiamento. -----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, deu conhecimento que tinha recebido um email enviado pelo Partido Socialista de Mondim de Basto para a inclusão de propostas na ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

2. Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 19 de setembro de 2025 -----

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação da ata da reunião de 19 de setembro de 2025 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão.** -----

2.2- Aprovação da ata da reunião de 26 de outubro de 2025 -----

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação da ata da reunião de 26 de outubro de 2025 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão.** -----

2.3- Aprovação da ata da reunião de 20 de novembro de 2025 -----

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação da ata da reunião de 20 de novembro de 2025 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão.** -----

2.4- Regimento da Assembleia Municipal -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para referir que na última reunião entendeu-se retirar a proposta porque havia muitas incongruências, tendo, entretanto, consultado os regimentos que estavam disponíveis desde 2009 até à presente data, tendo-se verificado que houve muitas alterações, houve retirada de artigos, houve inclusão de artigos novos,



68
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

renumeração dos artigos existentes o que originou esta confusão toda. Este Regimento foi refeito com a ajuda de um advogado e está conforme a lei nº 75/2013, 12 de setembro. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para questionar a mesa sobre qual é que foi o motivo de adiarem a votação na Assembleia anterior tendo em conta que apenas corrigiram as grelhas existentes nesse mesmo regimento, considerando que isso podia ser feito sem adiar a votação. Esclareceu que foi realizada uma reunião entre os três partidos com o objetivo de todos darem o seu contributo para a melhoria do Regimento: foram ouvidos, mas foram ignorados. Esta proposta representa o retrocesso naquilo que deve ser o trabalho desenvolvido por todos os deputados, inclusive os do PSD. O tempo para ler, analisar e tomar uma decisão fundamentada é fundamental para que se defendam os interesses dos Mondinenses. Não percebe o porquê de reduzirem o número de dias obrigatórios para o envio da documentação, a não ser que o objetivo seja mesmo que não se consiga fazer o escrutínio do Executivo. Terminou dizendo que era uma pena que esteja assim redigido. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que, considerando esta reunião realizada para análise do regimento, continuam com algumas reservas relativas à participação do deputado representante da bancada do PSD, referindo-se ao artigo 29º que reduz o acesso à documentação das Assembleias Extraordinárias para apenas dois dias, como mencionado. Durante essa reunião, o referido deputado justificou esta limitação fazendo referência às suas funções como membro de apoio ao Executivo Municipal, afirmando, nas suas próprias palavras, que não tinha tempo para preparar a documentação porque tinha de tomar um conjunto de diligências, como falar com vereadores e outros membros, e que esta redução era importante por causa da responsabilidade das suas funções, apresentando-as como um exemplo para justificar a redução do prazo. Perante esta situação, perguntamos-lhe se nesta reunião não se terá verificado um conflito de interesses uma vez que o deputado estava a representar a Assembleia Municipal, mas referia-se simultaneamente às suas funções enquanto membro do Executivo Municipal. Neste sentido, mantemos muitas reservas quanto ao artigo 15º do Regimento e reiteramos o nosso pedido de esclarecimento à Mesa sobre esta matéria, de forma a garantir clareza, imparcialidade e separação de funções entre os órgãos do município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

10
2
ne

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que relativamente ao adiamento da aprovação do regimento para esta Assembleia foi pelo facto de haver um conjunto de incongruências e que toda a Assembleia concordou com esse propósito. Relativamente ao prazo para o envio da documentação não foi para todas as reuniões, foi apenas para as reuniões extraordinárias, passando de 4 dias para 3 e não para 2, como aqui foi referido. Portanto, considerando o facto de ser uma reunião extraordinária, entende-se que se é extraordinária seria aceitável que em vez de 4 dias fossem 3, sendo que a lei prevê, para qualquer um dos casos, 2 dias. Referiu que, relativamente àquilo que a senhora deputada Ângela Figueiras aqui falou, nem queria comentar porque considera absurdo uma conversa informal ser tratada de forma oficial, sendo que nada ficou registrado nesse sentido. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para dizer que na última reunião foi decidido, em conjunto com toda a Assembleia, que iria ser retirada a votação do documento e que iria ser corrigido. Entretanto, as correções estão de acordo com a lei 75/2013, de 12 de setembro. Em relação aos prazos, o que diz a lei é que são 2 dias, e há muitas assembleias que têm no seu regimento os 2 dias. Durante os mandatos de 2009 a 2013, no regimento estavam 5 dias para envio de documentação para sessões ordinárias e para sessões extraordinárias. A partir de 2013 passou para 4 dias. E agora entendemos que 3 dias seriam suficientes para as sessões extraordinárias porque é uma coisa pontual. De qualquer modo, os documentos são enviados a todos os membros por e-mail e posteriormente via correio, portanto acha que não é por aí que há qualquer impedimento. Relativamente ao questionado pela senhora deputada Ângela Figueiras, e de acordo com o já falado na tal reunião, tendo sido inclusive entregue um parecer da CCDRN, afirmou que não havia qualquer incompatibilidade, senão de caminho ninguém pode trabalhar na função pública e ser político. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que não estava em reuniões informais quando se trata de um órgão como a Assembleia Municipal e que essa reunião foi convocada por e-mail, portanto de informal teve muito pouco. Referiu que o senhor deputado tem memória relativamente seletiva e tem todo o direito de se manter reservado nas suas manifestações, coisa que deveria ter feito nessa reunião. Referiu que gostava que a senhora Presidente da Assembleia explicasse



62 me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

o que diz o parecer da CCDR, a que é que se refere, quais são os trâmites, porque referiu nessa reunião que a pessoa pode participar nas reuniões e na Assembleia, mas está restringida à sua votação caso faça uma intervenção. Considera que mesmo agora, na intervenção da senhora Presidente da Mesa, ficam um bocadinho na dúvida quando se referem a nós, se é a Assembleia Municipal, se é a senhora Presidente, se é o Executivo Municipal, porque não entende como é que um deputado tem interesse em diminuir o número de dias de avaliação da informação, quando o interesse da Assembleia é escrutinar ao máximo e perceber ao máximo a informação que recebem. Qual é a vantagem que uma Assembleia tem em diminuir o número de dias para a análise dos documentos? Se isso viesse do Executivo, entendia. Vindo da Assembleia Municipal não percebe porque entende que quanto mais tempo tem para analisar os documentos, melhor. A Assembleia quer o contrário e parece-lhe um bocado incoerente. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que afirmava e reafirmava que não disse nada do que a senhora deputada aqui veio referir. Referiu que representava o grupo parlamentar do PSD da Assembleia Municipal. Relativamente aos dias de envio da documentação para as reuniões extraordinárias, o que foi entendido pelo nosso grupo parlamentar é que, se é extraordinário, não faz sentido ter o mesmo prazo de entrega que o ordinário. Crê que o extraordinário diz alguma coisa. Se ainda assim, quer a sessão ordinária, quer a sessão extraordinária, tem um dia ou dois acima da lei, não consegue perceber o ruído desta decisão ou desta proposta. -----

O deputado municipal **José Henrique Félix Martins** usou da palavra para dizer que considera que não deixa de ser curioso que um dos argumentos que sustenta a redução de prazos seja ver nos outros municípios que até têm dois ou três. Isto é basicamente escolher olhar só para um lado. Referiu que olhou para o outro lado e verificou que, por exemplo, Braga tem 10 dias úteis, Guimarães tem 8 dias úteis, Chaves tem 8 dias úteis, Barcelos tem 8 dias úteis para ordinárias, 5 para extraordinárias. Parece-lhe que foi criteriosa a escolha dos municípios para os quais olharam. -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para dizer que, a propósito desta matéria que foi levantada relativamente ao artigo 15º e no entendimento que não existem compatibilidades formais, gostava de pelo menos lembrar que temos já no nosso regimento, no artigo 17º - os deveres dos membros da Assembleia Municipal – no número 2, alínea b), que refere explicitamente *«não intervir em processo administrativo, ato ou*



68 8

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção». Isto baliza bem aquilo que pode ser e que não pode ser a intervenção, neste caso, política do deputado Vítor Costa. Portanto, se houver um compromisso que se espera seja bem atendido, que nas matérias em que tem intervenção se escuse a fazer a participação, parece-lhe lógico. De contrário, não percebem porque é que existe o 15º e o 17º neste Regimento. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal que foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e dez votos contra.** -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para questionar, considerando o parecer da CCDR que a senhora Presidente da Mesa referiu que havendo uma participação do deputado no assunto da votação, se neste caso o deputado Vítor Costa vota ou não vota, pois fez uma intervenção e inclusive defendeu-se daquilo que lhe foi interrogado. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para dizer que não via nenhuma incompatibilidade na votação do senhor deputado. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que a dúvida persistia, independentemente de ser um documento técnico ou não. Neste caso, há um claro desinteresse pela leitura e pelas conclusões que possamos tirar na análise da documentação, porque estamos a diminuir o tempo previsto para a análise do mesmo, o que acha que não é a favor para nenhum dos deputados aqui presentes. A senhora Presidente disse que, segundo o parecer da CCDR, que o deputado pode votar, mas não pode intervir, ou seja, isto também vai ser extensível a todas as reuniões da Assembleia, porque cada vez que vamos analisar um documento técnico o deputado não vai poder intervir porque senão não pode votar. Portanto, a sua dúvida é: se participou, se se defendeu, pode votar um documento técnico que vai reger a Assembleia? Entende que têm que começar a ser coerentes desde o primeiro momento. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que percebe a ideia de a oposição não gostar que se diminuam os dias, é legítimo, e podem contestar e estão dentro das suas limitações. Mas considera que estão a dar aqui um mau serviço aos nossos munícipes, porque acha que o teor da reunião deveria ser para nós,



68
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

devíamos ter alguma responsabilidade, devíamos ter aproveitado de facto que houve essa reunião para esclarecer lá as questões e não trazer aqui para uma Assembleia Municipal um assunto que, de certa forma, não é o principal assunto desta Assembleia Municipal. No caso concreto do professor Vítor, que é deputado municipal pelo PSD, não foi ele que elaborou o regimento, portanto pode votar e discuti-lo à vontade. Uma coisa era se tecnicamente estivesse envolvido na elaboração de um documento e estivesse a participar, obviamente que não poderia participar na votação ou se tivesse um claro conflito de interesse. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que elaboraram o documento, todos contribuíram para a elaboração porque se não fossem os deputados o documento estava igual, cheio de erros, cheio de omissões, sendo aprovado sem leitura, se calhar andaram anos a aprovar um documento, que estava exatamente nas condições que nós chegamos aqui e analisamos os erros. Portanto, sim, se foi chamada para uma reunião para a elaboração desse documento, o deputado Vítor participou nisso e o deputado Carlos Macedo também, fomos lá, participamos, ainda que ignorados, indicamos qual era a orientação. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para fazer a declaração de voto do Partido Socialista. Começou por dizer que gostava de perceber como é que, se se cumprisse a lei, podem ler e analisar um documento de seiscentas páginas em dois dias. Não era mais simples pelo menos manter os quatro dias? Qual era o problema? É nossa obrigação preparar as assembleias com a dignidade que lhes merece. Para isso, precisamos de tempo para ler, analisar as propostas. Precisamos que os documentos que nos fazem chegar sejam legíveis. Fizemos esse pedido relativamente aos pdf's que nos enviam. Precisamos de saber qual o motivo quando marcam reuniões extraordinárias. Precisamos que apenas sejam tratados assuntos de cariz urgente nas reuniões extraordinárias. Precisamos que todos recebam a informação por correio eletrónico. Precisamos que todos recebam em tempo útil a documentação por correio. Precisamos que o Executivo nos faculte os documentos sem ter que ir para tribunal. O que nós e os mondinenses que nos atribuíram o mandato querem é que a Assembleia Municipal tenha um funcionamento transparente, organizado e eficiente, assegurando que todos os deputados dispõem das condições necessárias para exercer o seu mandato com rigor e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

6F
me

responsabilidade. Esta proposta de regimento certamente não está a contribuir para essas finalidades, por isso votamos contra. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para fazer a declaração de voto enquanto representante da bancada do CDS-PP dizendo que votam contra a aprovação do Regimento Municipal, considerando que relativamente ao artigo 28º referentes ao período antes da ordem do dia entendem que o tempo fixado é manifestamente insuficiente para o exercício pleno, responsável e esclarecido no mandato dos deputados municipais. Consideram que um período mínimo de oito minutos por bancada seria mais razoável e adequado à importância política e institucional deste espaço de intervenção. O período antes da ordem do dia é um momento essencial para a fiscalização política, para o debate de temas relevantes para o Concelho e para a intervenção dos eleitos em representação dos munícipes. Limitar excessivamente este tempo é, no seu entender, limitar a própria função da Assembleia Municipal. Em segundo lugar, no que respeita ao artigo 29º, consideram que, por uma questão de razoabilidade e rigor na análise documental, a proposta de tempo previsto para a apreciação da documentação é manifestamente curta. A complexidade e o volume dos documentos submetidos à Assembleia Municipal exigem um prazo que permita uma análise cuidada, informada e responsável. A redução excessiva destes prazos, ainda que não seja excessiva, compromete a qualidade das decisões e enfraquece o papel fiscalizador deste órgão deliberativo. Por fim, mantemos a nossa posição relativamente à existência de um nítido conflito de interesses e de funcionalidades do próprio órgão no que se refere ao artigo 15º relativo à incompatibilidade de mandato. Os denominados gabinetes de apoio político, vulgarmente designados por gabinetes de apoio à vereação, são estruturas que dependem diretamente do Presidente da Câmara e dos vereadores, assentam numa relação de confiança política e exercem funções de apoio direto e permanente ao órgão executivo. Deste modo, quem desempenha funções nestes gabinetes exerce funções autárquicas na Câmara Municipal e integra de facto o funcionamento do órgão executivo, ainda que não seja titular de um cargo eleito. Entendemos, por isso, que esta situação é incompatível com o exercício simultâneo do mandato do deputado municipal por colocar em causa os princípios de independência, imparcialidade e separação de funções entre os órgãos deliberativo e executivo, essenciais ao bom funcionamento do poder local democrático. Para estas razões expostas, e não estando salvaguardadas estas preocupações no regimento



68 me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

agora aprovado, votamos contra o mesmo deixando expressa a nossa posição política e institucional através da presente declaração de voto. -----

2.5- Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2026 -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer uma breve apresentação da proposta que se passa a transcrever: *«As grandes opções do Plano e Orçamento Municipal de 2026 refletem a visão estratégica e a orientação de políticas económicas, social e orçamental, definidas pelo Executivo Municipal para o Concelho de Mondim de Basto. Em 2021, iniciamos um novo ciclo de desenvolvimento assente em três pilares fundamentais: um Concelho mais solidário, mais atrativo e mais verde. Ao longo destes anos, trabalhamos em estreita articulação com a comunidade, com os colaboradores da autarquia e com todas as forças vivas do Concelho, promovendo novas medidas, projetos e investimentos que dão corpo a esta estratégia e servem a todos os Mondinenses. Apresentamos agora um orçamento de concretização e realização que cumpre as metas traçadas em 2021 e revalidadas nas últimas eleições autárquicas de 2025. É um documento de rigor financeiro e responsabilidade orçamental, assente no equilíbrio das contas municipais, na sustentabilidade financeira e numa gestão de tesouraria prudente, garantindo o cumprimento atempado de todos os compromissos presentes e futuros. É evidente que a receita de 22,7 milhões de euros será reforçada ao início do ano com a incorporação do saldo de gerência. Assim, o investimento municipal para 2026 deverá aproximar-se dos 28 milhões de euros, constituindo-se como o maior investimento público municipal da última década. Este é também um orçamento que resulta de um processo de diálogo e auscultação alargado, envolvendo instituições, associações, forças políticas e juntas de freguesia, conciliando expectativas com os recursos disponíveis e promovendo um trabalho colaborativo e sustentado. É por isso um orçamento de compromisso com Mondim de Basto. Ao nível social o orçamento reforça o apoio às famílias, às crianças, aos jovens e aos idosos, através de um vasto conjunto de medidas que promovem a igualdade de oportunidades e a coesão social. Mantém-se igualmente o apoio ao desenvolvimento económico, reforçando programas, investimentos e infraestruturas que fortalecem a competitividade, o empreendedorismo e o desenvolvimento rural, criando condições para atrair investimento e gerar emprego. No que toca às instituições, este orçamento reafirma o compromisso municipal com o setor humanitário, desportivo, cultural e ambiental, sendo um papel essencial das entidades do desenvolvimento comunitário. Este orçamento continua a apostar na cultura, na educação, no desporto e no turismo, na sustentabilidade ambiental que valoriza o Concelho e projeta Mondim ao nível regional e nacional. Ao nível das obras públicas, reafirma-se o compromisso de intervenção em todas as freguesias, sem exceção. As freguesias mantêm a lugar central nesta estratégia. Por fim, reforça-se a aposta na sustentabilidade digital, na gestão responsável dos recursos e na proteção do território, assegurando o*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink.

futuro de Mondim de Basto que continuará a ser desenvolvido com responsabilidade e visão. Estamos a renovar um ciclo de crescimento, um ciclo de confiança, de esperança e de futuro, na criação da oportunidade, na coesão social, com sentido de missão. Iremos continuar a trabalhar com determinação, solidariedade e transparência, focados na construção de um Concelho melhor para todos os Mondinenses, um futuro com oportunidades para todos». -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para dizer que, relativamente ao ponto em discussão, importa desde logo uma apreciação política global das opções deste Executivo, sem prejuízo do escrutínio, caso a caso, de algumas medidas. Na apresentação do documento que o senhor Presidente acabou de nos ler, diz-se «apresentamos agora um orçamento de concretização e realização que cumpre as metas traçadas em 2021». Interpelou o senhor Presidente referindo que o mandato iniciado em 2021 terminou em outubro de 2025. A concretização e realização de obra poderia e deveria ter acontecido no decurso do mandato e todos sabemos que isso não aconteceu. Não ficou obra de relevo em 2025 o que revela manifesta incapacidade no planeamento de execução orçamental, como ficou patente no ano passado com uma taxa de execução de despesas de capital na ordem dos 24% e mesmo na taxa de execução observada até dezembro deste ano, como nos dirá mais à frente, um ano de eleições em que tradicionalmente até se fazem obras, a ficar abaixo dos 26%. Mais. O senhor Presidente acabou de dizer, e citou: «é um orçamento que transforma visão em obra». Com o histórico que se conhece dos anteriores orçamentos, questionou o senhor Presidente no sentido de saber qual é a garantia que dá aos Mondinenses de que vai realmente transformar visão em obra e efetivamente executar o orçamento que aqui apresenta a votação. Referiu que o senhor Presidente disse que o orçamento municipal para 2026 deverá aproximar-se dos 28 milhões de euros, constituindo-se como o maior investimento público municipal da última década. Considera que fica aqui claro que não se pretende falar com transparência aos Mondinenses pois orçamento é diferente de investimento: 28 milhões são diferentes de 9,3 milhões de investimentos conforme consta na página 57 da proposta. Neste orçamento, o que vemos é uma despesa corrente, que sobe praticamente 11%, enquanto a despesa de capital, onde se inserem normalmente os investimentos, diminui 6,5%. Portanto, para além da questão da execução, este aumento da despesa corrente e diminuição da despesa de capital deve ser esclarecido aos Mondinenses. Senão vejamos: a despesa corrente com o pessoal está orçamentada em 6,7 milhões de euros. Em 2021, a despesa com o pessoal era de 3,3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

milhões, pouco mais de metade dos gastos atuais. Dito de outra forma, em um mandato os gastos com o pessoal quase duplicaram. Deixou a seguinte pergunta ao senhor Presidente: o que justifica este aumento da despesa corrente com o pessoal? Considera que a transformação de Mondim pode e deve partir de uma iniciativa forte do município, mas não pode ser uma iniciativa controladora através do controlo de empregos: tem de ser uma iniciativa transformadora. Em termos de investimento, considera que este orçamento apresenta objetivos estratégicos em diferentes áreas, com uma vasta lista de iniciativas, projetos, obras, muitas das quais se repetem ano após ano, sem que sejam levadas a cabo. Ficamos naturalmente satisfeitos por ver previstas verbas em orçamento para a renovação do Centro Escolar de Mondim e do Centro de Saúde, para a construção da nova creche, do canil, a extensão da rede de saneamento a Vilar de Viando e a continuação da habitação social - o edifício Santiago - embora com elevados custos para o município, ao contrário do que sempre foi dito aos Mondinenses. Mas há outras opções que merecem ponderação e discussão nesta Assembleia no melhor interesse do Concelho. Falamos, por exemplo, do abandono total da Estação de Tratamento de Águas de Suídro, em detrimento de uma nova Estação de Tratamento de Água na Senhora da Piedade. Esta opção não tem dimensionamento adequado às necessidades, não elimina a necessidade de despender energia na bombagem da água e não propicia uma melhor qualidade de água comparativamente àquela que poderia ser fornecida aos mondinenses com uma reconversão pensada da ETA de Suídro. Questionam diretamente o Executivo sobre quais as motivações para esta mudança e quais as vantagens que esperam conseguir. Não podem deixar de estranhar também que aqueles que foram destaques de campanha eleitoral figurem agora no orçamento com dotações simbólicas, como por exemplo: a piscina escolar coberta, o centro de turismo na Casa da Igreja, a requalificação do centro de Atei e centro dos vinhos verdes, a zona de lazer da Ponte dos Cavacos em Vilar de Ferreiros, a via de circulação externa ao centro da vila. De facto, o Executivo apresentou algumas destas obras e levou-as a concurso, tendo ficado por adjudicar. Neste orçamento são relegadas para segundo plano ou mesmo para os anais do esquecimento. Porquê e até quando, senhor Presidente? Quando pretende executar estas obras? Deixou uma nota final sobre a área de acolhimento empresarial de Bormela, que ainda há um mês discutiram nesta Assembleia. Nesta matéria, o Plano Plurianual de Investimento 2025, com base no qual tomaram a decisão de avançar com a alteração do PDM, foi radicalmente alterado sem



61 me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

razão aparente. Gostariam de ser esclarecidos quanto ao que motivou, em tão curto espaço de tempo, tão grande alteração no Plano Plurianual de Investimentos para 2026. Terminou com uma nota sobre mais um ano em que a opção política não é uma verdadeira delegação de competências nas freguesias ou união de freguesias, comprometendo uma hipótese de melhoria muito significativa da resposta de proximidade aos mondinenses. Este orçamento, marcado por uma subida assinalável da despesa corrente e descida da despesa de capital, não pode contar com o apoio do Grupo Municipal do PS. Os Mondinenses merecem muito melhor. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que tinha uma única questão relativamente a este orçamento e refere-se à Casa da Igreja, um projeto que foi amplamente divulgado, mas polémico, simultaneamente apresentado pelo Executivo como um projeto estruturante para o Concelho. Trata-se de um projeto que já foi a concurso, concurso esse que ficou deserto e que surge novamente referido nas grandes opções do plano, sem qualquer dotação financeira associada. Esta ausência de dotação levanta-nos algumas dúvidas quanto à sua viabilidade pelo que se questiona o executivo sobre o motivo pelo qual não foi inscrita qualquer verba para este projeto: se por insistência de condições para a sua execução, se por falta de decisão política quanto ao seu futuro ou se porque na prática o projeto não constitui uma prioridade efetiva. A inscrição reiterada de projetos sem correspondência financeira pode comprometer a transparência, dificulta a fiscalização e fragiliza a credibilidade das opções estratégicas apresentadas. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: *«Estamos perante o maior orçamento de sempre do município de Mondim de Basto, um orçamento que não surge por acaso, mas que reflete de forma clara a visão estratégica e política sufragada pela maioria dos Mondinenses. Tal como sempre afirmamos, este é um projeto pensado para o futuro. Ainda assim, este orçamento materializa, de forma inequívoca, a visão que sempre defendemos: um Concelho mais solidário, mais atrativo e mais verde. Realçamos, uma vez mais, o Programa Acesso para Todos, uma iniciativa do atual Executivo que, no conjunto do mandato, representará um investimento próximo de 1 milhão de euros, reforçando uma política de proximidade e de coesão territorial. Este orçamento volta a evidenciar um forte compromisso com as famílias e com os jovens Mondinenses, através de medidas como o incentivo à natalidade e o apoio ao transporte dos estudantes do ensino superior. Paralelamente, mantém-se um sólido apoio à população sénior, com uma rede de centros de*



61
que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

convívio que promovem o bem-estar, a inclusão e a qualidade de vida das nossas comunidades. Importa também reconhecer a capacidade de resposta do atual Executivo perante novos desafios. É com grande satisfação que recebemos a notícia do início das obras para a construção da nova creche municipal e que estará, previsivelmente, ao dispor dos mondinenses no próximo ano. Esta é uma resposta estruturante às necessidades das famílias do Concelho, dando um claro sinal que Mondim é futuro. Na área da educação destacamos igualmente a forte aposta na requalificação e valorização do espaço exterior do Centro Escolar de Mondim de Basto, garantindo melhores condições para a comunidade educativa. Merece ainda especial referência o projeto de construção de uma piscina escolar coberta, um equipamento que será magnífico para toda a comunidade mondinense. No domínio da saúde, a reabilitação do Centro de Saúde de Mondim de Basto deverá estar concluída no primeiro semestre do ano de 2026, um investimento essencial e que permitirá criar condições para a instalação de equipamento raio-x e de reabilitação, reforçando a qualidade dos cuidados de saúde prestados no Concelho. Assistimos, atualmente, a investimentos consistentes em todas as freguesias. Está já em andamento a requalificação do Largo da Feira no Bilhó, que permitirá valorizar a identidade, a economia local e o espaço público. O orçamento para 2026 também permitirá a conclusão da Estrada Municipal 312 desde a freguesia de Atei até o limite do Concelho com Ribeira de Pena. Por fim, importa sublinhar que em 2025 foram concretizados muitos investimentos prioritários ao nível das acessibilidades e verificamos agora, com agrado, a criação do PPI para a requalificação da estrada que liga Ponte de Olo a Campanhó. Este orçamento confirma que estamos no caminho certo. Continuamos focados em construir um futuro melhor para todos os Mondinenses, ancorados numa visão estratégica de desenvolvimento validada democraticamente e que continuará a inspirar progresso, coesão e qualidade de vida para todos aqueles que habitam no Concelho de Mondim de Basto». -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que em 2021, quando entraram com a responsabilidade de assumir a gestão da Câmara Municipal de Mondim de Basto, sabiam que havia problemas que iriam ser resolvidos com alguma rapidez, outros que iriam demorar o seu tempo, da mesma forma que teriam também as condições de desempenhar e executar projetos e medidas com alguma rapidez, mas também foram ambiciosos porque entendem que o Concelho só se irá desenvolver se tiverem essa ambição para poderem ter equipamentos e infraestruturas, que já deviam existir há muitos e muitos anos, e por isso assumiram o risco de que, sabendo que poderiam não ter a capacidade de os executar no final do mandato, mas que se não os iniciassem já no primeiro mandato, nunca viria a acontecer. E foi esse o risco que assumiram. Obviamente que há projetos estruturantes que poderão demorar mais que um



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

mandato. E por isso é que hoje temos condições já de ter em execução não só o grande investimento que tivemos nas pavimentações, as reabilitações que realizamos nas escolas, aquilo que foi também um investimento importante nas freguesias da construção e reabilitação das envolventes das igrejas e construção das casas mortuárias, da própria solução do hotel de Edifício Santiago, mas daqueles que, neste momento, são já projetos que estão em execução e que se não tivéssemos iniciado já no primeiro mandato, agora não teríamos condições de falar sobre eles. E já aqui foram referidos, não só o Largo do Bilhó, não só também o alargamento do saneamento a Vilar de Viando, a construção e a beneficiação também de Nova Eta da Senhora da Piedade, a própria creche municipal e a beneficiação agora do centro escolar. E, portanto, quando falo que será um orçamento de concretização, é concretizar aquilo que tem sido já um trabalho iniciado em 2021, caso contrário, não estaríamos sequer em condições de o fazer. E relativamente às dotações que aqui foram referidas, a Câmara não pára. Nós tivemos três concursos públicos que ficaram desertos, nomeadamente o Centro de Turismo da Casa da Igreja, o Centro dos Vinhos Verdes e a piscina coberta. Portanto, foram a concurso público e ficaram desertos. Mas como até à data ainda não recorremos nem a qualquer empréstimo bancário, nem sequer ainda fomos contemplados com aquilo que se pretende com o BEI, foi necessário assumir já estas obras com orçamento próprio. Não abandonamos qualquer um dos outros projetos: teremos que ter as condições para os avançar, mas não paramos. E havendo condições financeiras com o orçamento municipal, avançamos já com as obras que referiu. Relativamente à intervenção do senhor deputado Rui Pereira, acredita que como não esteve no mandato anterior também não tenha acompanhado aquilo que foi a evolução da Câmara Municipal no respeito também às suas competências. Através da transferência de competências assumimos não só a educação, como a saúde e a área social e obviamente que comparando aquilo que foi o aumento dos custos com os recursos humanos, grande parte também se deve àquilo que foi o número de colaboradores que passaram para a transferência do município. Mas depois há aqui outros fatores. Foi possível, através de candidaturas, conseguir assegurar financeiramente um conjunto de recursos humanos que neste momento estão também na Câmara Municipal. Portanto, no fundo, não se está a onerar a Câmara Municipal. E depois, obviamente que ninguém discorda, que os aumentos salariais e a atualização salarial ao longo destes anos seja feita e obviamente isso também tem de se repercutir naquilo que é o custo com os recursos humanos. Relativamente ao



68 me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

novo projeto da ETA na Senhora da Piedade, referiu que iria ser aumentada a capacidade e a qualidade, é isto também um dos objetivos para realizarmos este investimento. Relativamente à Zona Industrial, esclareceu que se estão a criar condições para poder avançar também com uma candidatura para finalmente termos uma segunda Zona Industrial ativa no Concelho, tendo sido este o propósito da última reunião, ou seja, darmos condições para podermos acelerar esse mesmo processo. -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para agradecer os esclarecimentos do senhor Presidente, ainda assim curtos. Começou desde logo pela questão da delegação de competências. Não é preciso ser matemático para perceber que se o total do orçamento para a delegação de competências é de cerca de 1 milhão e qualquer coisa, não é por aí que estamos a falar de um aumento de 3 milhões em salários. O senhor Presidente sabe tão bem como o deputado que está prevista a criação de 25 novos postos de trabalho e a extinção de 6, pelo que são previstas mais de 19 pessoas a trabalhar na Câmara. É consultar as páginas 83 e 84, tudo está lá explicado. E sabe também que nos orçamentos estão mencionados 130 mil euros de despesa para novos recrutamentos que será uma despesa permanente para futuro, a não ser que, então podemos entrar naquela onda dos 350 mil euros para criar alguns empregos com precariedade, para adiarmos um problema às pessoas e daqui a dois ou três anos. Claro que é melhor que elas estejam empregadas agora, mas isto não é uma solução do futuro. Referiu que aquilo que pretendem vincar aqui é que esta opção não pugna pela sustentabilidade orçamental, vai gerar custos operacionais elevados e de longo prazo para autarquia, ainda para mais numa era de transição digital que pode levar a ganhos de eficiência administrativa e a menor demanda de pessoas, aí sim criando sinergias e ganhos que poderão ser aplicados diretamente na melhoria de infraestruturas e das condições de vida dos mondinenses, a não ser que o objetivo seja esse mesmo do Executivo querer que a Câmara seja o alfa e o ômega da empregabilidade em Mondim, a única ambição de emprego dos mondinenses. Relativamente à questão do orçamento, aquilo que foi falado aqui, e tem perfeita noção de que transitarão 4,9 milhões de euros do saldo de gerência, mas também é verdade que há um monte de projetos que ainda não têm essa dotação. Portanto, estão precisamente a aguardar esses 4,9 milhões de euros e nós não vamos conseguir multiplicar esses 4,9 milhões de euros para a piscina coberta, para a casa da igreja. Percebe que o senhor Presidente queira dizer que está a executar, mas referiu que não via no documento



He me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nenhuma verba para a casa da igreja, pelo que não consegue entender como é que o senhor Presidente diz que não param se o instrumento através do qual se faz esse avanço é o orçamento e não temos dotação orçamental para essas obras. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar aqui um esclarecimento que, nas despesas com recursos humanos, conseguimos assegurar com financiamento, mas estamos a falar também de pessoas que estão no quadro do município, portanto não é contratos precários. Conseguimos, através de financiamento, suportar aquilo que são despesas de colaboradores do município, que já estão nos quadros. Dar nota também que, mesmo nestes novos postos de trabalho, também há aqui uma candidatura que irá financiar os postos de trabalho. Relativamente ao processo para a execução dos projetos que vão ser executados, reafirmou que, havendo a possibilidade de avançarmos com aqueles projetos que referiu – creche, Centro Escolar, alargamento do saneamento de Atei, construção da ETA - o município conta já avançar com capital próprio. Concluiu dizendo que este Executivo irá assegurar que no próximo mandato estes projetos sejam concretizados e que não tem úvidas que vão ser concretizados. -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para dizer que quando faz aqui alguma observação é para tentar, em conjunto, que isto melhore, não é só para alterar quando o senhor Presidente diz que vai fazer. Agora não deixa de ser verdade, factualmente, que esses grandes projetos não têm dotação e sem dotação eles não vão andar. Referiu que o que querem dizer é a Câmara não tem dinheiro para fazer todos os projetos que prometeu e por isso colocou verba naqueles projetos e obras que já estão adjudicados, uma vez que terão mesmo de avançar, e, naturalmente não sobra dinheiro de autarquia para as restantes obras que prometeu - a piscina coberta, o centro de turismo - já para não falar então da via de circulação externa ou da estrada de Campanhó e de Teção. ---

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, naturalmente, ninguém está contra ninguém quando se trata do desenvolvimento do Concelho. Reconhece que estão todos aqui empenhados para que este desenvolvimento se concretize e que não é por votarem contra um orçamento que estão contra todas as medidas que estão no orçamento. Compreende naturalmente aquilo que é a defesa de cada um naquilo que é a interpretação do orçamento. -----



10
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2026 que foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e dez abstenções. -----

2.6- Aprovação da autorização prévia para procedimentos de despesa que deem lugar a encargo orçamental, em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização e a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para pedir um esclarecimento ao senhor Presidente no sentido de saber em que situações concretas pode ser exigida esta autorização prévia. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que tem a ver com os procedimentos que decorrem de mais de um ano civil e, portanto, daquilo que são até compromissos assumidos que vão além de um ano e, portanto, no fundo são essas autorizações essencialmente que estão aqui previstas. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação da autorização prévia para procedimentos de despesa que deem lugar a encargo orçamental, em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização e a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e nove abstenções. -----

2.7- Aprovação de novo Regulamento Orgânico da Organização dos Serviços Municipais e deliberar a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, aquando da sua nomeação nos cargos, nos termos do artigo 24º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, deu conhecimento de que, relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, iria ser entregue uma errata aos deputados e deputadas municipais. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar uma explicação para todos saberem o que é que está aqui em causa. Esta errata tem a ver com a descrição das fichas técnicas que não estavam corretas, portanto não há nenhuma alteração orgânica, é só aparentemente aquilo que é a descrição e as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

68
me

funcionalidades de cada uma das unidades que estava ainda vertida com o documento da anterior. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que esta sucessiva alteração da estrutura organizativa levanta algumas dúvidas quanto à existência de uma linha orientadora e estável na gestão dos serviços municipais. Duas reorganizações num curto espaço de tempo não contribuem para a previsibilidade, para a eficiência, para a estabilidade da administração, a nosso ver, podendo revelar alguma falta de planeamento estratégico. No entanto, e perante esta solução, ou esta situação e necessidade, colocamos as seguintes questões. Qual é o número exato de novas unidades orgânicas a criar? Quantos coordenadores técnicos serão envolvidos nesta reorganização? E qual será, sobretudo, o impacto financeiro desta reorganização, incluindo eventuais alterações remuneratórias? -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que já foi há algum tempo que houve uma alteração. E, independentemente de ter sido a mesma força partidária a ganhar e a conquistar as últimas eleições autárquicas, estamos a falar também do início de mandato e é normal que se possa reajustar aquilo que é já o funcionamento da autarquia. Relativamente às alterações, referiu que há duas divisões e uma unidade que são extintas, e são criadas quatro unidades de terceiro grau. Relativamente ao impacto financeiro referiu que, efetivamente, o vencimento destas unidades já está muito equiparado a grande parte do vencimento dos colaboradores, não estando a dizer com isto que são eles que têm bons rendimentos, mas é esta a realidade atual daquilo que são os vencimentos. Portanto, o impacto não será efetivamente muito irrelevante, até porque estamos, no fundo, aqui a eliminar duas visões de segundo grau, que é onde o vencimento até é superior. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação de novo Regulamento Orgânico da Organização dos Serviços Municipais e deliberar a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, aquando da sua nomeação nos cargos, nos termos do artigo 24º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação que foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e dez abstenções.** -----

2.8- Receitas Municipais – Definição de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e adesão do Município de Mondim de Basto ao IMI Familiar -----



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Vitor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: *«Os Mondinenses vão beneficiar, mais uma vez, em 2026 da taxa de IMI no valor mínimo, assim como do IMI familiar para famílias mais numerosas. Aproveito ainda esta ocasião para relembrar uma vez mais o esforço financeiro que este executivo tem feito na redução dos impostos a todos os Mondinenses, bem visível também no ponto seguinte. Mais uma vez este ano, e pelo quinto ano consecutivo, o executivo do PSD, está a propor a esta Assembleia a redução de 0,5% à taxa de IMI a cobrar aos seus municípios. Isto significa que em 5 anos a percentagem total de redução de IRS para os nossos municípios passou de 5 para 2,5%. Esta percentagem na redução de IRS constitui um valor com algum significado de impostos que não são cobrados aos cidadãos, ou seja, é mais dinheiro no seu bolso para fazer face às suas despesas diárias. Senhoras e Senhores Deputados Municipais, recordo mais uma vez que se trata de uma medida que fez parte do programa eleitoral do PSD e, como todos já percebemos, com este Executivo as promessas são para concretizar, as promessas são para cumprir. Os membros da bancada do PSD estão em total sintonia com a forma como este Executivo concebe a política. Mais uma vez, reforço que é concretizando e cumprindo as promessas eleitorais, que se ganha credibilidade junto aos cidadãos, e os cidadãos mondinenses sabem que podem confiar em nós»*. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para esclarecer a definição da taxa do IMI - imposto municipal sobre os imóveis - em que o Executivo propõe que seja na taxa mínima e também adesão ao IMI familiar. Isto quer dizer que famílias numerosas têm ainda um benefício com esta proposta, pretendendo-se, no fundo, dar continuidade a um compromisso assumido. E, relativamente à taxa de IRS, referiu que este Executivo pretendia cumprir também o compromisso que fez nesta Assembleia sobre a redução progressiva da taxa de IRS. Pretende com estas medidas devolver às famílias esta carga fiscal. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da Proposta Receitas Municipais – Definição de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e adesão do Município de Mondim de Basto ao IMI Familiar** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.9- Receitas Municipais – Participação variável no Imposto sobre rendimento das pessoas singulares (IRS) - Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2026 -----

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da Proposta Receitas Municipais – Participação variável no**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Imposto sobre rendimento das pessoas singulares (IRS) - Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2026 que foi aprovada por unanimidade. -----

2.10- Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026 -----

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da Proposta Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026 que foi aprovada por unanimidade. -----**

2.10-1. Aprovação do Plano Municipal de Ação Climática de Mondim de Basto -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que no âmbito do Plano Municipal de Ação Climática tinham algumas questões. Questionou porque é que foi necessário, a promulgação de uma lei para que o município neste momento pudesse tomar determinadas decisões previstas nesse plano de ação climática num concelho que se define publicamente como um destino de natureza. Não seria de esperar que face à autonomia municipal e à vocação do território o município não tivesse já implementado estas ações sem a necessidade de uma legislação adicional? Posto isto, também destacou a importância da água e do seu armazenamento para a resiliência ambiental e para o desenvolvimento sustentável de Mondim de Basto. No entanto, verificamos que uma estrutura existente e essencial para este fim se encontra completamente abandonada e vandalizada. Num contexto em que a água é reconhecida como um tema de preocupação global, consideram anormal que o município se resigne perante a ETA, uma infraestrutura tão estratégica, comprometendo não apenas a execução do Plano Municipal de Ação Climática, mas também a segurança hídrica e a sustentabilidade do Concelho. Consideram ser fundamental investir num centro também de compostagem, adequado às necessidades reais do Concelho, como forma de promover a valorização dos resíduos orgânicos e reduzir a pressão ambiental. Por fim, salientam a necessidade de mais ações de sensibilização junto à população de forma a reforçar a consciência ambiental e a estimular práticas sustentáveis no dia-a-dia dos munícipes. Um plano de ação climática só será efetivo se estiver acompanhado de educação ambiental, mobilização e participação ativa da comunidade. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar nota de que este Plano Municipal de Ação Climática foi alvo de consulta pública permitindo que todas as pessoas pudessem participar na sua realização e conceção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

18
me

Portanto, fruto depois do resultado da consulta pública, veio a aprovação à Câmara Municipal e agora à Assembleia Municipal. E, portanto, o plano, por si só, não vai esgotar aquilo que possam ser ações do município na preservação da natureza, da manutenção também de equipamentos e de infraestruturas. Temos agora um plano, deriva da lei a necessidade desta aprovação deste plano, um meio para podermos identificar um conjunto de situações e de necessidades a realizar, mas que não se pode esgotar no plano, porque senão depois também estávamos um pouco reduzidos àquilo que é o conjunto de ações que devam ser realizadas pelo município. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação do Plano Municipal de Ação Climática de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.11- Aprovação de isenção da tarifa de disponibilidade e fixação dos valores da tarifa variável no tarifário social a aplicar pelo Município de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação de isenção da tarifa de disponibilidade e fixação dos valores da tarifa variável no tarifário social a aplicar pelo Município de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.12- Informação do Executivo -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para fazer uma observação enquanto munícipe mais do que enquanto deputada municipal. Tem a ver com esta questão da animação em contexto natalício. Reparamos há um equipamento que está aqui junto ao mercado municipal que não está em funcionamento. Portanto, a nossa pergunta era se esse equipamento entra neste orçamento também ou se eventualmente foi desconsiderado o valor do seu aluguer. De seguida, e enquanto munícipe, questionou se não seria interessante passar este conjunto de equipamentos, por exemplo, para a Zona Verde, que é um espaço, a seu ver, espetacular para fazer uma vila natal, tem muito mais espaço para colocar estes equipamentos, daria outra vida àquela zona da vila. Não seria interessante repensar esta organização de animação para esta altura do ano? -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para deixar três notas relativamente à informação do Executivo. A reter nesta informação novamente o baixo nível de execução orçamental, apenas 25%, isto representa um sinal de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

continuamos a fazer pouca obra. Por outro lado, o valor da dívida continua a aumentar, já estamos nos 3.339.000 Euros. Gostava de saber também porque é que não são apresentados os valores de determinadas atividades, sendo apenas referido no custo integrado no respetivo plano de atividades. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, relativamente à Colmeia de Natal, a localização é sempre relativa à opinião de cada um, portanto foi uma sugestão, não podemos descurar todas e quaisquer sugestões. Relativamente ao equipamento referido, esclareceu que efetivamente os serviços identificaram que não estavam em condições de utilização e, portanto, já foi reportado à empresa contratante de que, efetivamente, não se encontra de acordo com aquilo que foi contratualizado e iremos agora aguardar aquilo que são os trâmites legais que possam, no fundo, responder àquilo que era uma intenção que tínhamos de ter uma dinâmica que até à data ainda não foi conseguida. Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Macedo, referiu que não iria fazer comentários relativamente à discussão do orçamento, aconselhando a esperar pelo relatório de contas. Relativamente ao reporte dos custos das atividades, referiu que o têm vindo a fazer, não sabe especificamente qual é que estava a referir, mas é esse o caminho que têm procurado fazer procurando identificar, sempre que possível, aquilo que é o custo das atividades e, portanto, ficou a nota para poderem continuar nesse caminho. -----

2.13- Intervenção do público -----

O cidadão **Fernando Maria Diniz Carvalho Gomes** usou da palavra para fazer a sua intervenção dizendo que a mesma ia de encontro ao documento há pouco votado. A sua intenção é manifestar a sua preocupação sobre as alterações climáticas e alertar o senhor Presidente da Câmara e os senhores presidentes de juntas de freguesia. Referiu que lhe custava ver o Concelho de Mondim de Basto agredido por agressões ambientais. Nunca viu, até hoje, nenhum executivo municipal que tomasse qualquer atitude para combater e evitar esse tipo de agressões. Afirmou que temos rios completamente impregnados com plásticos, que as nossas bordas de estradas são alvo de descargas de entulhos de obra, que no nosso território são realizados vários eventos em que as instituições colocam fitas de plástico, mas após esses eventos não há uma fiscalização para saber se essas fitas foram retiradas. Lamentou que o nosso maior depósito de armazenamento de água esteja completamente abandonado, esteja completamente vandalizado e esteja completamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

64
pe

desresponsabilizado por quem devia fazer alguma coisa. Entende que se queremos ser a mais bela porta de entrada de Trás-os-Montes devemos dar esse exemplo. A população e as entidades não se preocupam com a nossa floresta completamente devastada. Terminou deixando um apelo ao senhor Presidente da Câmara e aos responsáveis de Juntas de Freguesias e Conselhos Diretivos: sem a natureza nós não conseguimos viver. Temos que tomar iniciativas próprias para combater essas agressões ambientais. É preciso proteger as nossas nascentes e as nossas linhas de água que estão cheias de plásticos. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para agradecer a intervenção do senhor Fernando Gomes que prestou também aqui um contributo para a importância e a consciencialização para estas causas, que vai muito também do civismo das pessoas e das empresas. Referiu que é difícil, enquanto Câmara Municipal, representantes das freguesias e de Conselhos Diretivos, fazer esse controle daquilo que é o civismo e a forma de estar e de utilizar a natureza. A educação é muito importante também. Referiu que a intervenção que o senhor Fernando Gomes fez foi um alerta para podermos todos, cada um de nós, na sua dimensão, sermos ativos nessa mesma sensibilização e, em primeira instância, não sermos os primeiros provocadores dessas situações. Existem vários responsáveis do território, a Câmara é também um deles. Referiu que efetivamente vamos percorrendo o nosso concelho e encontramos situações que não dá para esconder, desde o despejo de monos, de uma forma descontrolada, mesmo havendo um serviço da Câmara de recolha que é gratuito. Verificamos também o despejo de resíduos de construção, e aqui também a Câmara tem um compromisso de poder identificar um local onde se possa depositar os resíduos provenientes da área da construção, relativamente ao plástico que vamos encontrando nos nossos percursos, muitas vezes somos confrontados com iniciativas que estão a decorrer e nem o município nem os próprios presidentes de junta e conselhos diretivos foram consultados para a sua realização. Portanto, reafirmou e agradeceu a intervenção do senhor Fernando Gomes pela sensibilização e, acima de tudo, pelo alerta que é muito importante também, não só para os presentes, mas também para as pessoas. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 20 de fevereiro de 2026, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia, Eva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Maria Ramos Fernandes dos Anjos, e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

Eric Anjos

Emília Gonçalves